

---

## 116ª SESSÃO ORDINÁRIA – 08DEZ2014

(Texto com revisão final.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Cláudio Janta solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 5 a 12 de dezembro de 2014. A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Mario Fraga, que integrará a Comissão de Urbanização Transportes e Habitação – CUTHAB.

O servidor desta Casa, o atleta, Alex Sandro Cardoso Borges, da Diretoria Legislativa, competiu nos Jogos Desportivos Sul-Americanos de Surdos, representando a Seleção Brasileira de Voleibol, foi medalhista de ouro, sendo considerado o atleta destaque na categoria de Voleibol. Parabéns, Alex, receba os nossos cumprimentos. (Palmas.)

Passamos ao

### GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra. (Pausa.) Ausente. O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra. (Pausa.) Desiste. A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa tarde a todos e a todas, queria cumprimentar os municipais e as municipais que aqui estão presentes; o Sindicato dos Municipais e todos os lutadores e as lutadoras. (Palmas.) Nós estamos e seguimos vivendo um momento de crise, querido João Ezequiel – nosso companheiro, lutador e Suplente de Vereador –, na categoria. Todos da categoria sabem, não tenho nenhuma dúvida – a Câmara de Vereadores votou o Indicativo, assinado por todas as Lideranças desta Casa –, do enorme risco que está sobre o pescoço dos municipais, neste momento, que é a aplicação do efeito cascata no Município de Porto Alegre. O efeito cascata, a partir da Emenda Constitucional nº 19, desde 1998, pode reduzir em até 30% o salário dos municipais e das municipais da cidade de Porto Alegre – trata-se da irresponsabilidade dos sucessivos governos que passaram pelo Paço Municipal, que não incorporaram ao salário básico uma série de vantagens que foram sendo conquistadas

---

pela categoria, mas que foram penduradas, a partir dos chamados “penduricalhos”. São as gratificações – que não são penduricalhos, mas que têm a ver com a carreira; o triênio; o regime de dedicação exclusiva e o regime de tempo integral. Ou seja, nós vemos que a categoria, ao longo dos anos, a partir das suas greves, das suas mobilizações, das suas lutas valorosas e necessárias, conquistou uma série de direitos a partir da sua organização. O Governo, de forma irresponsável, sabendo que logo ali poderia ser questionado como efeito cascata, não avançou, não incorporou ao salário básico esses valores – fez ouvidos moucos. O Governo se fez de desentendido, ao longo desses anos, de maneira irresponsável! Eu quero dizer da nossa preocupação, prezadas Carmem, Leila, companheiros da diretoria, diante não só dessa irresponsabilidade histórica ao longo dos anos, mas diante de um Grupo de Trabalho, que só realizou uma reunião e que não apresentou, até agora, uma proposta concreta que tire a faca do pescoço da categoria, garantindo que em janeiro não tenham nenhum centavo a menos. Hoje o Governo sinaliza com reuniões para os dias 10 e 15 de dezembro. Nós não aceitaremos uma chantagem, que é a de tentar deixar para o último minuto a solução de um problema que ataca o conjunto da categoria no Município de Porto Alegre, tentando vender uma solução que tire direitos, que ataque os triênios, que tire direitos conquistados pela categoria! Nós não aceitaremos que essa irresponsabilidade continue! (Palmas.) É inaceitável o que vive os municipais de Porto Alegre neste momento. Nós precisamos ter uma sinalização! Nós precisamos de uma saída urgente para o conjunto dos trabalhadores! Quem segura o serviço público municipal são os servidores concursados, são justamente eles que estão, neste momento, com a faca no pescoço – culpa da irresponsabilidade dos governos que tentam passar para as costas da categoria a sua incompetência, a sua falta de gestão, o desmonte e o sucateamento de uma categoria valorosa e que vem perdendo com a bimestralidade, com a ausência de um plano de carreira que valorize, que traga isonomia para categoria. Nós não aceitaremos saídas isoladas. Não dá para resolver o problema de um setor da categoria e não resolver o problema do conjunto da categoria! (Palmas.) Nós não aceitaremos a tentativa de protelar essa discussão para os 45 minutos do segundo tempo de um jogo que já começou em 1998 e que o governo está fazendo de tudo para não resolver o problema do conjunto dos municipais. Eu falo em meu nome, em nome do Ver. João Ezequiel e do nosso companheiro Pedro Ruas, para dizer que vocês podem contar com a solidariedade do

---

---

PSOL na luta cotidiana, para que esse GT se reúna o mais imediatamente possível e para que o projeto de lei contemple as garantias e os direitos da categoria, incorporando-os ao salário básico. Nós votamos com todas as bancadas, assinando o Indicativo da Câmara de Vereadores pedindo urgentemente um projeto de lei do Governo. Esse GT está parado, não está resolvendo um problema que é urgente, inclusive, para mandar imediatamente o projeto de lei para Câmara, para que o votemos em Regime de Urgência. Sei que todas as bancadas estão dando acordo para votar o projeto em Regime de Urgência, mas sem o projeto do Governo isso é impossível! É impossível resolver a situação da categoria, é impossível tirar a faca do pescoço, é impossível garantir que, em janeiro, os trabalhadores de Porto Alegre não recebam nenhum centavo a menos. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Obrigado, Ver<sup>a</sup>. Fernanda. Queremos informar que, ontem, o nosso Diretor Legislativo, Luiz Afonso, estava de aniversário. Parabéns, Luiz Afonso. (Palmas.)

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra pra uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Vereador-Presidente, Professor Garcia; boa tarde colegas municipais, a nossa categoria, ao invés de estar fechando o ano nas escolas municipais, no seu trabalho, organizando a sua vida, a dos seus filhos, acompanhando o final do turno escolar, tem que se mobilizar, tem que parar as atividades para vir a esta Câmara de Vereadores. Não foi um ano fácil; foi um ano que a categoria teve que enfrentar uma greve, corajosamente, para conseguir a reposição da inflação que, se deixasse sem greve e sem luta, a Prefeitura faria parcelada. Foi o ano em que várias categorias, de várias Secretarias, denunciaram, fortemente, a falta de pessoal, o assédio moral no trabalho e o tratamento desigual entre servidores. E, quando se vê que é preciso vir à Câmara de Vereadores pela segunda, na vez anterior foi votada a Indicação, a nossa Bancada apresentou uma Moção. Na oportunidade, não pude comparecer porque me encontrava na Conae, na Conferência Nacional de Educação, em Brasília, na etapa final dessa conferência, onde afirmamos, de novo, a prioridade da educação brasileira, do seu financiamento, da valorização dos trabalhadores em Educação. Mas este é um debate

---

---

que nós queremos que, hoje, com a presença de vocês, tenha um encaminhamento objetivo. Não é possível que a Prefeitura, que não vai gastar nenhum centavo a mais buscando uma alternativa para esse impasse, não se mexa para resolvê-lo! A Prefeitura só é rápida quando tem que criar cargos comissionados! Só na lista que recebemos de projetos para serem votados agora no final do ano, já há uma série de ajustes que a Prefeitura, com muita competência e muita rapidez, sabe fazer. Agora, quando o conjunto da categoria é atingido no seu salário, e mais do que no seu salário, e mais do que no seu salário, na luta de uma história de vida, de 10, 15, 20 anos de mérito, de formação, de tempo de serviço, porque é isso que está sendo atingido; está sendo atingido o direito de se receber pelo que se conquistou na luta, na formação, na dedicação ao trabalho público; está sendo atingida a categoria como um todo, e isso não parece ter importância para o Governo Municipal, que é rápido para criar CCs, gratificações, buscar financiamentos, favorecer grandes empresários – e esta Casa tem recebido muitos projetos.

Quero dizer, Srs. Vereadores, em especial à base do Governo, ao Líder do Governo e ao Presidente da Casa, que a categoria está aqui para receber uma resposta rápida e objetiva da Prefeitura. As reuniões marcadas somente para o dia 10 e dia 15, não são suficientes, não há tempo suficiente. A categoria corre o risco de encerrar o ano e entrar nas suas férias ou no período de recesso sem uma resposta objetiva; corre o risco de ter uma decisão judicial que deixe numa insegurança brutal um conjunto de trabalhadores que dedica a sua vida ao interesse público. Esta Casa não pode deixar, Ver. Cecchim, que isso aconteça. Para a Prefeitura não tem um custo a mais, e os funcionários municipais, as várias categorias, o Simpa, já construíram alternativas que podem estar tramitando aqui enquanto acontece a decisão judicial. Não me parece que tenham qualquer explicação a lerdeza, o pouco caso e a quase indiferença com que o Município de Porto Alegre e o Prefeito tratam essa categoria que se mobiliza em pleno dezembro para vir para cá, e não vai ser por uma questão superficial, é por uma questão central. Não tem como investir uma vida toda num trabalho, e, de repente, ter um governo que assim não reconhece, que não está pronto, rente e rápido na defesa dos trabalhadores; que não constrói alternativas no diálogo com os trabalhadores, que apresenta alternativas para categorias que se mexem mais rápido, que assumem a iniciativa de mandar para cá

---

a solução para apenas uma categoria. É mais um acinte, mais uma violência com o conjunto dos municipais.

A nossa Bancada, portanto, se coloca aqui, durante a tarde, para que, durante a tarde de hoje, o Prefeito venha para cá, o Procurador-Geral ou o Vice-Prefeito, e construam um calendário rápido, objetivo, e no diálogo, para que a categoria saia segura desta Casa, para que de novo tenha nesta Casa... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento) ...Eu encerro, dizendo: “Nenhum centavo a menos!” Para uma categoria que já está enfrentando uma situação muito dramática no seu salário, no assédio, na gestão, no pouco caso com o serviço público. Vamos à luta, companheiros! E que esta Casa responda, hoje à tarde, aos anseios de uma categoria que é a verdadeira categoria que faz o serviço público nesta Cidade e faz desta uma Cidade boa de se viver!

(Não revisado pela oradora.)

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Esclareço que quando ocorreu essa situação, esta presidência e a Mesa mandamos um ofício e até agora não veio o retorno do Tribunal de Justiça. Foi endereçado ao Desembargador Difini, que está com o processo dos senhores. Esperamos que nos deem logo um retorno, porque nós queremos uma reunião com ele, que é a proposta dos Vereadores da Casa.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; servidores que aqui estão, nossos cumprimentos. Esperamos, ao menos da minha parte, contribuir para que essa questão tenha um bom desfecho, na medida em que eu, particularmente, tenho muita preocupação quando o Executivo atende parte da classe trabalhadora; isso é altamente prejudicial. Tudo é uma questão de tempo. Eu defendo, desde o primeiro dia em que aqui estou, que pudesse o Executivo contemplar todos os escalões do serviço público. Há pouco tempo, dois ou três anos, fizemos um reajuste – resumindo é um reajuste – salarial para uma parte do Executivo, e, com certeza, isso vem refletindo e gerando angústia e desconforto naqueles

---

que não foram contemplados. Então, da mesma forma que os Vereadores que antes falaram, quero me colocar à disposição das senhoras e dos senhores. (Palmas.)

Eu gostaria de fazer um comentário com os Vereadores, tenho certeza de que todos tomaram conhecimento da matéria veiculada no jornal Metro, na qual a equipe saiu às ruas e constatou as irregularidades na questão das calçadas. Visitou o responsável na Secretaria e este falou, resumindo, que tudo estava bem, tudo estava indo maravilhosamente bem. Nós temos que tomar cuidado aqui, porque são colegas, profissionais que lá estão trabalhando. Agora, por favor, fechem um dia a Secretaria e façam um mutirão, saiam pela cidade de Porto Alegre, principalmente na zona central, para verem como estão as calçadas nas ruas de Porto Alegre. Não é verdade isso. Precisamos mudar a lei. Eu venho dizendo isso há muito tempo. É impossível nós querermos transferir o conserto e a conservação das calçadas na frente dos imóveis – são passeios públicos – para os particulares. A lei diz que os proprietários fronteiros dos imóveis devem conservar e consertar as suas calçadas. Essa é uma lei de 1973, totalmente ultrapassada, equivocada. Os particulares não têm ingerência, porque ali é uma área pública, não são eles que autorizam o plantio de árvores, não são eles que autorizam a abertura de valetas para a CEEE, DMAE, DEP ou qualquer órgão público. Então, se eles não têm esse poder de reger, de administrar, de disciplinar, se eles não têm gerência, como é que nós vamos aceitar repassar a eles essa responsabilidade? Isso é uma coisa doentia! E não é porque nós temos um projeto e o estamos discutindo há muito tempo, querendo repassar a responsabilidade para o Poder Público, não é por isso. Até porque, se for o caso, nós o retiramos. Ocorre que eu, particularmente, não aceito isso. É uma coisa fora de época! Vou repetir: querer repassar o conserto, a manutenção de uma área pública aos particulares não tem sentido. Para que se cobra o IPTU? E aí queremos dizer que essa lei é de uma época em que o IPTU não significava nada, os valores eram irrisórios. As pessoas não costumavam pagar o IPTU todos os anos, deixavam acumular vários anos para pagar, dada a insignificância dos seus valores. Só que mudou o comportamento do Executivo, mas manteve a lei. Nós queremos, com isso, dizer ao Executivo que está na hora... Até mesmo o próprio Código Tributário Nacional diz que o poder público pode mandar consertar e cobrar, a título de taxa de melhoria.

Vejam vocês a dificuldade, porque nem todas as pessoas sabem quem contratar, onde buscar essa mão de obra qualificada. Ver. Cecchim, V. Exa. que conhece esse serviço,

---

pág. 6

---

não tem como imaginarmos que vamos ter calçadas regulares se um faz em um ano e outro manda fazer daqui a dez, cinco anos; um usa um tipo de mão de obra, o outro usa outro tipo de material. Não tem! Para termos calçadas regulares em Porto Alegre, só fazendo pelo poder público, não há outra maneira! Agora, como se faz essa transição? Faz-se essa transição não penalizando quem vem conservando suas calçadas ao longo dos anos. Tem um meio caminho para isso. A questão inicial é arrumar um meio-termo, mas o Poder Público tem que chamar para si essa responsabilidade. Não adianta querer passar para os particulares. Tem pessoas que não sabem onde buscar mão de obra nem como contratar, nem onde tem o material para ser usado. Então, está na hora de reavaliarmos isso, chamarmos o Executivo à responsabilidade, porque está faltando responsabilidade nesse sentido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, pessoal das galerias, queria começar a minha fala dizendo: “Nenhum centavo a menos”. Agora, eu acho que se poderia poupar esse trabalho todo que vocês estão tendo, porque todos nós garantimos, na visita que vocês nos fizeram anteriormente, que a Casa, todos os 36 Vereadores assinaram... Eu acho que fazer vocês virem de novo, com um sol desses, puxa vida! Eu garanto que eu assino!

Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, o que dá a impressão aqui é que, como o PT perdeu a eleição do Simpa, há uma corrida para ver quem pode mais, e eu acho que vocês não precisam disso. Aqui todos os Vereadores assinaram e se comprometeram com o PL, e o Prefeito também! Eu não estou aqui para responder pelo Prefeito, mas também acho que aqui não é o local.

(Manifestações nas galerias.)

---

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Certamente o Presidente deu o caminho: o Tribunal de Justiça do Estado. Eu imagino que não tenha como dar um canetaço se a coisa for ao contrário. O Prefeito disse que não vai diminuir o salário, e não vai!

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Concordo, acho que tudo é para já mesmo. Mas quero convidá-los – acho que não precisam ir todos, mas as Vereadoras e alguma comissão – a irem lá no Tribunal, pedir decisão já, para que o Prefeito faça o PL já, para que vocês já possam tirar férias sem precisar vir aqui todos os dias. Eu acho que é bom vocês estarem aqui. Eu não preciso enrolar ninguém. Graças a Deus, não preciso e não estou. Acho que cada um tem um endereço, o Legislativo é aqui, o Executivo é lá, não dá para... Nem eu aceitaria que o Prefeito viesse aqui dar um canetaço em cima dos Vereadores. Cada um no seu lugar, Vereador aqui e Prefeito lá. Acho que são os dois locais para onde deslocar. E outro local, esse é o desafio, lá no Tribunal de Justiça, onde está sendo decidido, é lá que temos que ir; não determinar, mas pedir, para que os Desembargadores tenham atenção com os municipais. É só pedir isto: que façam mais rápido! Porque é muito fácil fazer uma manifestação aqui e os Desembargadores não nos ouvirem. Se eles nos ouvirem, eu tenho certeza, que eles vão decidir já “sem nenhum centavo a menos”. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Informo que a Câmara está recebendo o Selo de Transparência hoje à tarde do Tribunal de Contas do Estado. É a primeira vez que a Câmara vai ganhar essa distinção, que eu acho que é muito importante. Sei que os colegas Vereadores gostariam de estar lá no Tribunal de Contas, às 15h30min.

O Ver. João Derly está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. JOÃO DERLY:** Boa tarde, Sr. Presidente, demais Vereadores, público nas galerias, todos os municipais, cumprimento todos em nome do PCdoB – em meu nome e no da Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, que falaria em nosso nome, mas está em representação.



---

As perdas dessa ação judicial podem ser enormes, principalmente para todos os municipais. A reivindicação de “nenhum centavo a menos” é extremamente importante e é política. Eu estava acompanhando há pouco o Ver. Idenir Cecchim, que esse problema era de uma ação judicial, que teria que ser tratada só no Judiciário. Mas nós cremos o inverso, que isso é problema político. É uma questão política! (Palmas.) O Executivo, Ver. João Ezequiel, quer que prorogue o tempo do Judiciário, para que estenda mais essa questão, para que tenha tempo. Mas se é uma questão política, o Executivo tem que mandar logo, ou reunir, rapidamente, com esta Casa, para que a gente possa votar uma alternativa cabível para os municipais. A Ver<sup>a</sup> Jussara Cony já está há um tempo tentando articular essa reunião com o Prefeito ou com o Vice-Prefeito. Tentei há pouco tempo um contato com o Vice-Prefeito Sebastião Melo, mas infelizmente ele estava numa reunião, não pudemos conversar antes da minha fala. Nós temos que articular, sim, uma representação desta Casa para tratar desse assunto a fundo, para que o Executivo nos apresente uma alternativa. Depender do Judiciário não é a melhor maneira. Nós temos autonomia, como Casa, como Legislativo, para que a gente possa trazer essa discussão. Isso é uma questão política! Nós temos que discutir na política.

O Executivo já tinha um plano para nos apresentar; que nós fiquemos sabendo o quanto antes desse plano, para que a gente vote ainda em dezembro – nós temos até o dia 22 Sessões nesta Casa – e possa sanar esse problema. Se é um problema que, desde 1998, vinha sendo apontado, então é uma questão política. O Executivo tem que se mexer, tem que trazer a esta Casa uma lei para que a gente possa votar. Contem com a gente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. PAULINHO MOTORISTA:** Sr. Presidente, Ver. Delegado Cleiton; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, pessoal que nos assiste em casa também, esperamos que seja o mais rápido possível solucionado esse problema, a situação dos nossos municipais, pessoal trabalhador. Eu, como sempre defendo a minha categoria, dos

---

rodoviários, também defendo os municipais, porque eu não posso pensar em uma pessoa e não em outra.

Nós, Vereadores de Porto Alegre, eleitos pelo povo, que nos colocou aqui, que votou em nós, como já falou o Ver. Idenir Cecchim; nós, Vereadores, assinamos, todos, com certeza, esperamos que não se prolongue essa situação, porque aqui estamos para sempre lutar, defender o povo, pessoas que precisam resolver essa situação para continuar os seus trabalhos que, para toda a população de Porto Alegre, para a nossa Capital, é muito importante.

Eu, como Vereador, com certeza, estou à frente lutando sempre por vocês e sempre mantenho a minha palavra. Eu nunca digo uma coisa e depois vou fazer outra, ou falo uma coisa e vou cumprir coisa diferente. A gente tem que ser transparente, a gente tem que pensar no povo que está aqui hoje lutando; é um direito de cada um, senão vocês nem estariam aqui passando esse trabalho todo, como diz o Idenir Cecchim.

Então eu quero dizer que podem contar com o meu apoio. Este Vereador, Paulinho Motorista, com certeza está aqui trabalhando em prol da população, com a qual eu posso andar tranquilo pelas ruas de Porto Alegre, pois sou uma pessoa transparente, falo a verdade e sempre estou cumprindo, não prometendo, porque nunca se promete o que não se pode fazer, mas eu posso trabalhar com dignidade pensando nas pessoas que me colocaram aqui na Câmara Municipal. Um abraço a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Prezados Presidente, Ver. Cleiton; meus colegas Vereadores, Vereadoras; prezados municipais e municipais, eu venho aqui em nome da oposição, do PT, meu partido, do PSOL e do PCdoB, reafirmar aquilo que nós já falamos nesta tribuna. E já falamos nos diálogos que os nossos partidos têm estabelecido com a categoria dos municipais.

Primeiro, quero fazer uma afirmação: que esta Casa é a Casa do Povo, portanto, quando existe um conflito da Cidade aqui estamos para resolver, sim, os encaminhamos políticos. E temos muita tranquilidade em dizer isso, em saber que o Executivo tem um papel, mas

---

também quero dizer que o Legislativo também tem o seu papel. E uma das nossas funções é acompanhar, cobrar, fiscalizar e fazer o Executivo produzir, muitas vezes, alguns temas que são urgentes, como é este caso. E nós dizíamos aqui, nesta tribuna, na última vez em que tivemos este debate, que a Câmara e todos os Vereadores reafirmaram isso na última quinta-feira, na reunião de Lideranças, que ela tem, sim, disposição de resolver esse tema ainda este ano. Agora, há uma questão que antecede: se nós não tivermos aqui o projeto de lei, nós não teremos a ferramenta técnica necessária para poder resolver. E para isso, na última quinta-feira, na reunião de Mesa, o Governo apresentou um projeto, que era de outra categoria, a dos fazendários, e nós dissemos na Mesa –nós, os partidos de oposição –que não há problema em analisar os fazendários, mas não iremos tratar o tema dos fazendários se não for resolvido o tema da totalidade do funcionalismo. Estou falando isso porque, certamente, o líder do Governo vai vir colocar alguma coisa em relação ao que eu estou falando aqui. Entendo que este momento é um momento importante para nós construirmos os acordos políticos e os pactos para resolvermos isso. Na próxima quinta-feira, está acordado nós fazermos uma reunião extraordinária para votarmos todos os projetos aqui em regime de urgência. E, na quinta-feira da semana que vem, idem. Bom, o que é que ficou dito pelo Líder do Governo? Que o Executivo está produzindo esse projeto para chegar aqui e que vai trazer a resposta na quinta-feira. Eu estou falando isso, porque, se não vier o projeto do Executivo, Ver.<sup>a</sup> Fernanda e Ver.<sup>a</sup> Sofia, nós ficaremos aqui de mãos amarradas. Mas podemos fazer o movimento político. E, no movimento político, de nossa parte, já estão decididas duas coisas: primeiro, nenhum prejuízo financeiro para nenhum funcionário público municipal; segundo, que nós votaremos isso numa lei, rapidamente, para ser implementado ainda para o próximo mês e para o próximo ano! Esses pontos estão construídos e acordados. Agora, o que eu fiquei sabendo hoje, prezado Mario Fraga? Que o Secretário da Administração está convocando duas reuniões com os municipais, uma para esta semana e a outra para o dia 15. Portanto, se for correta essa informação, está equivocado esse encaminhamento. Se o projeto não chegar aqui, no mais tardar, quarta-feira da semana que vem, nós teremos muita dificuldade de votarmos antes do recesso. Portanto, essa agenda, por parte do Governo, precisa ser calibrada, ajustada, para que venha o projeto para esta Casa.

---

Então, vejam só: nós estamos num impasse, há uma decisão política já tomada nesta Casa, todos os líderes de oposição e de situação já assinaram aqui um compromisso de resolver essa questão, portanto, necessário um projeto de lei para ser votado, garantindo não só o pagamento, mas a garantia da continuidade do não rebaixamento do salário. Então, na próxima quinta-feira, às 11h, estaremos reunidos esperando o projeto do Executivo. Esta é a nossa posição: votar este ano sem nenhuma perda ao funcionalismo público da Cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O Sr. Mario Fraga (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Pauta. Após retornamos à ordem normal.

Eu não quero usar os cinco minutos pela situação, mas gostaria de dizer, na linha do que disse o Ver. Comassetto, que todos os outros partidos, os de situação, inclusive o meu, o PDT, concordam em não votarmos nada enquanto não vier o novo projeto.

Em segundo lugar, Delegado Cleiton, Ver.<sup>a</sup> Sofia, estou articulando aqui, terei a resposta em seguida, para passarmos a segunda reunião do dia 15 para o dia 12; então, ficaria uma reunião para o dia 10, quarta-feira, outra para sexta, e segunda, teoricamente, estaria resolvido para podermos votar o projeto.

**O Sr. Eng<sup>o</sup> Comassetto:** Sr. Presidente, só para equalizar os entendimentos. Aquilo que o Ver. Mario falou está correto, é obvio que eu não poderia falar em nome dos partidos da situação, falei em nome da oposição, mas busquei que ele viesse aqui para reafirmar que o colegiado assumiu esse compromisso.

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mario Fraga. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

**PAUTA**

---

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, bem, este momento, para vocês entenderem, é o de discussão preliminar de Pauta, que se faz em toda a Sessão, dos projetos que estão entrando, ou os que já tiveram um primeiro debate e estão aguardando para tramitar nas Comissões. E, aqui, está começando a tramitar um projeto de lei que cria a Secretaria Municipal de Turismo, cria Cargos em Comissão e Função Gratificadas a serem lotadas na Secretaria de Turismo, cria Cargos em Comissão, etc., etc. Nós recebemos uma lista de projetos que o Executivo quer votar até o final do ano, vários deles são projetos relativos... Tem do DMAE, que estende vantagem, não estou nem entrando no mérito se sou a favor, se sou contra, se eles vem ajustar ou não vem ajustar... Nós, na verdade, vamos enfrentar daqui a pouquinho um Veto ao direito da FASC de, finalmente, ser tratada de forma igual aos outros funcionários no seu regime de plantão. Então, quando se trata de direitos, é Veto sobre o Município, mas, por outro lado, tem aqui Função Gratificada para o Gabinete do Prefeito, Secretaria sendo criada, a de Turismo, plano de carreira para a administração centralizada, mais uma FG para a da Secretaria da Fazenda, tem mais uma sobre o DMAE, outra sobre o Previmpa, que cria a gratificação previdenciária, a Gesprevi, no âmbito do Previmpa, tudo na lista das prioridades para votar, e, como eu dizia, com a maior celeridade. Tratar a categoria de forma diferenciada é acintoso. Não tem como o conjunto dos municípios... Nós, os Vereadores, ficamos aqui tentando nos dedicar, cuidar, porque, depois, chega na hora da discussão salarial geral, não tem recurso, bateu no teto, não dá para dar nem a inflação, fica um debate cruel para o conjunto da categoria. Isso é inaceitável. E essa técnica de dividir para governar é só o que nós estamos assistindo nos últimos tempos, e acho que a vinda de vocês tem que servir para o conjunto do Governo entender que a prioridade é olhar para a categoria, no seu conjunto, no sentido de preservar o seu salário, valorizar a sua carreira, a sua carreira. Chega de penduricalho, chega de diferenciação, chega de tratamento que vai cooptando os setores, acomodando, e dividindo a categoria. Chega disso! Por isso, Ver. Mario Fraga, a importância de acelerar essas reuniões. E também a importância da gente tomar aqui uma decisão, Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto: não votar nenhum desses projetos, não só o que resolve o problema da gratificação, mas nenhum deles, se não vier o projeto do conjunto da categoria. Nenhum!

---

A Prefeitura tem que tratar com seriedade esta categoria, que é valorosa, que sempre manteve a sua luta ligada ao contexto geral, que sempre defendeu a qualidade do orçamento da Prefeitura de Porto Alegre, que, infelizmente, tem uma gestão desgovernada, porque vêm para cá R\$ 6 bilhões de orçamento, mas a gente sabe que a Prefeitura está cortando nas áreas básicas, fundamentais; a gente sabe as condições do HPS, a falta de professores lá na escola, a falta de manutenção, a violência contra os professores, porque os guardas das escolas não foram nomeados no ano passado por contenção de despesas, e, até agora, estão sem concurso público.

É bom que eu tenha lembrado deste tema sobre as opções de gestão, porque, esta semana, de novo, os colegas da Zona Norte pediram socorro, porque a situação está gravíssima, porque não tem o guarda permanente, que faz a interlocução com a Brigada, que é o educador, que garante a segurança. Então são opções de gestão que não são boas, e não só para a categoria municipal, mas para a cidade de Porto Alegre. Então, por favor, quanto ao encaminhamento sobre o debate desses projetos, não se votará nenhum relativo às categorias municipais, se não se votar o projeto que trata a categoria com respeito, e o conjunto da categoria. Nem um centavo a menos!

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Obrigado, Vereadora. O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero falar sobre dois projetos, de autoria do Executivo, que estão em Pauta. Um deles é o projeto sobre IPTU, taxas de lixo e de ITBI também. Eu quero convidar a V. Exa. para que possamos, se possível, analisar em conjunto, porque eu lembro perfeitamente do seu Projeto que trazia o Refis. Sem desmerecer os demais projetos, para mim foi um dos melhores projetos que aprovamos aqui no passado, levado para discutir na Justiça. Parece-me que ainda não tem uma solução para isso, porque nós precisamos mostrar ao Executivo que esta Casa tem independência para trabalhar. Na medida em que discutimos amplamente o seu projeto... Ele não trazia prejuízo financeiro ao Executivo, e, sim, receita, dava condições àqueles que hoje não têm condições de pagar os seus débitos. Aqui fala quem tem um pouco de conhecimento nesse assunto.

---

Quando não se tem um aparelho competente para cobrar, há, sim, incentivo à inadimplência. Muitas vezes essas pessoas ficam em uma condição de insolvência, que nós precisamos acolher, visando à proteção do seu próprio bem, trazendo receita à Fazenda Municipal.

Então, eu quero mais uma vez reforçar o apoio que dei ao seu projeto e dizer que esse projeto do Executivo –ainda não deu para verificar o conteúdo –precisa estar muito próximo ao seu projeto, Ver. Idenir Cecchim. Nós não podemos perder de vista. A sua proposta é muito boa. Por outro lado, um projeto que cria e extingue cargos na Secretaria do Turismo. Olha, essa Secretaria, é uma das secretarias, que, sinceramente... Às vezes eu só fico sabendo que ela existe, quando vem para cá um aumento ou a criação de mais um cargo, porque, se há uma secretaria que a mim não convence, é essa Secretaria do Turismo de Porto Alegre. Para se ter uma ideia, tem um ônibus que circula em Porto Alegre. Muitos turistas pegam esse ônibus para conhecer Porto Alegre. E sequer, esse ônibus passa lá no monumento ao Laçador, que é algo consagrado, muito conhecido de nós gaúchos e do Brasil. Poderia citar outros pleitos que nós ouvimos das pessoas que aqui vêm nos visitar. E nós mesmos temos discutido a orla do Guaíba, onde as atividades são muito pobres. Qual é o objetivo de mantermos uma Secretaria que não dá resposta? A não ser que agora o Executivo tenha se dado conta e esteja fazendo as mudanças necessárias, porque, até então, a Secretaria de Turismo de Porto Alegre, para mim, não justificou nada. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Obrigado, Vereador. A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir a Pauta.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Sempre, no final do ano, o Governo manda mais de uma dezena de projetos para esta Câmara. E, mais uma vez, nós estamos vendo um pacote de privilégios e de aumento dos gastos com os CCs, com verba de representação para Secretários Adjuntos, enfim, um conjunto de uma prática nefasta que vem sendo implementada ao longo deste Governo Fortunati e do Governo Fogaça também, que é a lógica de lotear a máquina pública e encher –um verdadeiro cabide de empregos –as Secretarias. Nós temos em média, se eu não me engano, R\$ 100 milhões gastos com

---

folha de pagamento dos cargos em comissão, que são renovados na Secretaria Municipal de Turismo em um processo que está em Pauta na tarde de hoje. E, ao mesmo tempo, estando em Pauta, não quer dizer que será votado; ele tramita em Pauta, depois corre na Reunião Conjunta das Comissões, e aí o Governo vai querer votar, em Regime de Urgência, antes do final do ano. E o que chama a atenção é que, por um lado, houve um movimento extremamente falacioso no ano passado, quando as contas públicas –entre aspas –apertaram, porque nós sabemos dos bilhões que foram destinados para terceirização, para as obras faraônicas envolvendo a Copa em Porto Alegre, os milhões que são gastos sistematicamente em publicidade; mas houve uma promessa do corte de 20% dos cargos em comissão, como forma de fazer economia e poder investir nos serviços públicos. Nós estamos em 2014, e não houve nenhum projeto reduzindo os cargos em comissão; ao contrário, há projetos renovando e aumentando uma série de privilégios no leque das Secretarias Municipais. Houve um ataque às 30 horas dos trabalhadores da Saúde, houve um ataque às questões dos plantões, da própria hora extra dos trabalhadores municipais e não houve o corte dos 20% dos Cargos em Comissão. (Palmas.) Isso falando sobre a pauta pró-ativa. O plano de carreira que se promete há oito anos, Ver. Delegado Cleiton, e que, a cada ano e a cada eleição, a promessa se renova, e nunca tem um plano de carreira que contemple a categoria e que seja uma forma de qualificar e valorizar os servidores públicos municipais.

Agora, nós estamos extremamente preocupados diante da situação, porque nós temos dois movimentos: o da Câmara do Regime de Urgência – já foi falado, que a Câmara, em conjunto, se propõe a tratar o efeito cascata como um projeto em Regime de Urgência –; e foi falado também do caso do projeto da Fazenda. Nós, na reunião de Mesa e Liderança, deixamos bem claro que não aceitaríamos tratar uma categoria e não tratar o conjunto da categoria que não tenha a apreciação de projeto nenhum tratando de categoria de municipais, enquanto não for votado o projeto que trata do efeito cascata. Portanto, o projeto da Fazenda saiu da votação das Comissões Conjuntas, na quinta-feira. Mas o que chama a atenção é que existe anteprojeto, elaborado pelos técnicos da Prefeitura, e me parece que os municipais têm acordo com o anteprojeto elaborado pelos funcionários públicos de carreira da Prefeitura. Se existe um anteprojeto para resolver o problema do efeito cascata, por que esse anteprojeto não está aqui na Câmara e nós não estamos discutindo hoje em Pauta, se não é uma tentativa de jogar com a faca

---

pág. 16



---

no pescoço, porque eu, na verdade, falava que nós temos dois movimentos. Primeiro, que o projeto chegue à Câmara. E nós precisamos exigir que tenha uma reunião não só do GT, uma antecipação do Grupo de Trabalho que vai discutir, representando o Cores, o Simpa e também o Governo Municipal para que a gente não fique exprimido pelo tempo, Carmem, mas nós precisamos ter uma reunião dos Vereadores com o Governo para exigir que esse projeto seja enviado imediatamente para Câmara de Vereadores de Porto Alegre. E mais, nós precisamos que esse projeto não seja uma forma de retirar direitos, que esse projeto garanta os avanços funcionais, que esse projeto incorpore os valores no aumento do salário básico, permitindo que a categoria, de fato, não receba nenhum centavo a menos e que seja um projeto que resolva uma situação catastrófica que acontece, hoje, no Município de Porto Alegre. Está claro que o Tribunal de Justiça não aceita o efeito suspensivo! Então não dá para vender gato por lebre! O debate aqui tem que ser sincero! O que precisa é o projeto, urgente, do Governo, que garanta direitos, que garanta conquistas, que garanta os aumentos no salário básico e que haja uma mudança de prática! Não dá para ser assim: tudo que é projeto que trata de direito, como o caso da FASC, seja veto, e tudo que seja projetos que aumente CC, que aumente privilégio seja votado em Regime de Urgência, quando o Município vive uma verdadeira crise, tendo como responsáveis os gestores do Paço Municipal e não, o conjunto da categoria! Portanto, nós precisamos desses dois movimentos na Câmara de Vereadores, cobrando do Governo esse projeto, imediatamente, na Câmara Municipal. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Obrigado, Vereadora. O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. ENG<sup>o</sup> COMASSETTO:** Todos os dias nós recebemos aqui, durante a Sessão, um conjunto de projetos do Executivo ou do Legislativo. E eu quero me referir, neste momento, aos projetos do Executivo que estão em Pauta e que tiveram entrada aqui nesta Casa no dia 1º de dezembro e no dia 27 de novembro. Portanto, são dois projetos que são novíssimos.

Quero também dialogar com o Simpa – e ali está a Presidente –, principalmente com a Presidente, porque tem uma agenda que o funcionalismo público de Porto Alegre já fez

---

acordo aqui com esta Casa, e o Governo fez acordo conosco, que produziria um projeto chamado plano de carreira do funcionalismo público municipal, e este projeto nunca foi desenvolvido, nunca veio a esta Casa, e, a cada dia que passa, nós recebemos um projeto A, B ou C, Ver. Ferronato, que, no meu ponto de vista, trata de novos penduricalhos e que não incorporam direitos ao trabalhador público municipal. Portanto, nós estamos aqui lutando, sim, para resolver esta questão de não haver perda salarial. Mas eu quero provocar as entidades dos municipais que aqui estão, porque precisamos produzir efetivamente um projeto que dê estabilidade ao funcionalismo público municipal, que é o projeto do plano de carreira, que não trata de uma categoria isolada da outra, que trata da totalidade, que incorpora o que é ganho ao salário, e isto tem que ter um trabalho. Eu creio que essa é a tarefa que o Simpa vem cobrando há muito tempo. Nós fizemos um acordo, e o Ver. João Antonio Dib, que nos ouve, assumiu o compromisso naquele momento, quando era Líder do Governo, para tratar desse projeto. O Executivo já contratou duas consultorias, e foi gasto dinheiro para elaborar uma proposta de plano de carreira, e nunca ninguém viu essas propostas. Onde estão esses estudos? Quanto foi gasto nesses estudos?

E aqui, neste momento, tem um projeto do Executivo que reestrutura a Secretaria Municipal do Turismo e que cria CCs, FGs. Tratarmos da criação de Cargos em Comissão, Ver. Ferronato, sem termos o projeto que, do nosso ponto de vista, na nossa decisão política, é o projeto mais sensível da cidade de Porto Alegre, é, no mínimo, uma incoerência. Estaríamos novamente acomodando relações internas do Governo, e não tratando da verdadeira política que dá sustentação ao funcionamento do Executivo Municipal, que é o funcionalismo da Cidade.

Nós estamos dando o acordo para correr Pauta aqui, que é o que estamos fazendo neste momento, mas, quinta-feira, na nossa reunião de Mesa, cuidaremos que esses projetos avancem, como é o acordo que já fizemos com os fazendários, que, para eles avançarem, tem que avançar junto com o projeto do funcionalismo que trata da reparação e que garanta a não perda dos salários conforme está determinando hoje o Judiciário. E por falar em Judiciário, funcionalismo, hoje, a Cidade paralisou. Por que a Cidade paralisou? Porque tem vinte famílias “no gatilho” para serem despejadas; porque, enquanto os juízes mandam despejar as famílias, promulgam para si aumento de auxílio-moradia de R\$ 4.500. Isso é uma vergonha! É uma vergonha para a cidade de Porto Alegre. Porque um

---

---

dos projetos que está aqui hoje é o da doação do Município de mais uma área para fazer o Minha Casa, Minha Vida. Hoje, tem recurso, tem política e tem programa. Falta, na Cidade, um programa de regularização fundiária e de habitação de interesse social para que nós possamos resolver o problema da moradia. Tem 70 mil famílias em Porto Alegre que ganham até três salários mínimos, que não têm onde morar. Nós temos 40% da Cidade que é irregular. Onde está a política de regularização fundiária? E aí eu quero dizer uma coisa aqui: quem é que faz a regularização? São os agentes administrativos, são os engenheiros, são os arquitetos, são os biólogos. Isso é receita. Por que tratar, neste momento, só dos fazendários e não de todas as categorias que estão produzindo pela cidade de Porto Alegre? Queremos saber da planta de valores da Cidade atualizada; queremos saber do projeto do SINAT, que “morreu na casca”; queremos saber de um projeto de desenvolvimento que contemple o funcionalismo público, e para isso tem que ter o plano de carreira do funcionalismo municipal. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir a Pauta.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Eu peço a gentileza, longe de mim censurar as manifestações, mas há um Vereador na tribuna, e eu gostaria que pudéssemos continuar democraticamente para todos poderem falar.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Caro Presidente, Ver. Delegado Cleiton; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nossos servidores públicos que estão conosco nesta tarde, senhoras e senhores, telespectadores e ouvintes, nós estamos aqui, agora, discutindo a Pauta. Diversos Vereadores estiveram na tribuna e vamos tentar conversar sobre cada manifestação. E a primeira manifestação, ou última, feita aqui, do Ver. Engº Comassetto, fala das necessidades habitacionais, que todos nós concordamos, só com a roubalheira da Petrobras ...

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. AIRTO FERRONATO:** A roubalheira da Petrobras, financiando...

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Só um minutinho, pessoal. Estou pedindo, solicitando aos senhores para que o Ver. Airto Ferronato possa fazer o seu pronunciamento. Posteriormente, democraticamente, todos farão a sua manifestação.

**O Sr. Engº Comassetto:** Sobre o tema que está em Pauta. É regimental isso, se não vamos abrir o discurso. Não tem problema, eu vou falar da corrupção no Município. Abro este debate com o Ver. Ferronato.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Vereador, foi uma preliminar que eu pedi. Foi uma preliminar...

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Ver. Comassetto, o mesmo respeito que eu tenho com V. Exa., eu peço. Quando V. Exa. pedir um aparte, terá, com todo o respeito que eu tenho. Tenho aberto para todos falarem democraticamente, inclusive, fora de Pauta. Então vamos falar séria e democraticamente aqui. Peço a V. Exa. e à plateia para que deixem o Ver. Ferronato terminar sua manifestação. Acho justo, assim como acho justas todas as manifestações. Assim como pautei e pausei para que fizessem suas manifestações até com mais expressão e com mais tempo. Então, para que a gente possa fazer um debate democrático, para que a gente possa continuar a presidir dessa forma, porque todos têm suas manifestações aqui, peço que deem a palavra ao Vereador que está na tribuna para que depois possamos fazer as manifestações, porque aqui é a Casa do povo, e aqui todos têm o direito à manifestação, democraticamente.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Obrigado, meu Presidente, vou continuar, então.

**O Sr. Engº Comassetto:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Ferronato, quero dizer ao Presidente que minha intenção não foi nenhuma intenção de desrespeito, todos aqui me conhecem. Quero dizer que não há nenhum projeto na Pauta que fala da Petrobras, mas da habitação tem; se é para debater corrupção, fizemos uma agenda e eu debato com o senhor, não tem problema. Muito obrigado.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sou funcionário público desde 1974. Ouvi alguém dizendo que não parece, mas parece, sim. Desde 1974, e sou Vereador desde 1989. Agora vamos responder à Fernanda, nossa querida Vereadora, que fala da quantidade de projetos do Executivo. Tem razão, são 16. E temos 36 projetos de Vereadores, o que está correto, concordo e concordei. Portanto, há, sim, uma proximidade entre Legislativo e Executivo, e o PL vem. Vamos construir, vocês têm uma reunião na quarta, ao menos é a informação que tenho. A questão do plano de carreira, eu concordo, sei que é necessário e indispensável, precisa tratar com profundidade, está se discutindo isso, e, certamente, teremos. Lá em 1974, eu assumi as funções públicas no Ministério da Fazenda. Pleitos daquela temporada ainda hoje se têm na União. Portanto, nós compreendemos a importância desses processos e que eles sejam construídos conjuntamente: Executivo e os servidores. Plano de Carreira construído por mão única, só pelo Executivo, certamente, não vai vingar, teremos problemas. Portanto, a participação e presença do Simpa são indispensáveis. Naquele dia que tivemos aqui na Câmara aquela discussão referente à questão do nosso projeto, no outro dia, marcamos uma reunião com o Prefeito, eu estive conversando com ele, e o Prefeito assegura que encaminhará projeto para a Câmara. Certamente, sem nenhuma perda para o servidor público. É a garantia do nosso Prefeito Municipal.

Dos projetos em Pauta, do Executivo, nós temos o primeiro deles, que cria a Secretaria Municipal de Turismo, discordando o meu querido Ver. Bernardino Vendruscolo, acho que até concordando, trata-se o turismo de uma figura central em qualquer ente público. Portanto, a instituição da Secretaria, eu sou amplamente favorável a ela. O segundo trata de um projeto, Minha Casa, Minha Vida, regularização de uma área, a concessão de uma

---

área para a Caixa Econômica Federal. É o segundo da Pauta, Ver. Engº Comassetto. O terceiro em Pauta, do Executivo, disciplina tributos de competência do Município, é preciso aprovar neste ano, para entrar em vigor no ano que vem. O quarto é o que cria uma subunidade; e o quinto, do Executivo, trata da disposição de alíquotas de contribuição previdenciária. Isso é um reajuste que se faz anualmente, a União faz, o Estado precisa fazer e o Município também faz. O sexto trata do Código de Limpeza Urbana; e o último que se discute hoje: incentivo e apoio à inovação e à pesquisa científica e tecnológica nos ambientes empresariais, acadêmicos e sociais do Município de Porto Alegre. São esses os projetos, meu caro Ver. Engº Comassetto; todos eles, tenho certeza de que, inclusive pela Bancada de oposição, serão votados favoravelmente. Um abraço a todos e obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Encerramos a Pauta, conforme acordo de Líderes. Nós queremos que esse projeto seja votado, eu falo em meu nome e, com certeza, em nome do meu partido. Esse projeto tem que ser votado ainda neste ano; caso contrário, nós teremos que pedir uma Sessão Extraordinária, sem custos para a Casa, que é um dispositivo que esta Casa tem e que nós podemos atuar, caso não venha no prazo que nós gostaríamos.

**A Sra. Sofia Cavedon:** Vereador-Presidente, apenas para informar ao conjunto dos municipais e dos Vereadores que primeiramente nós vamos fazer a Pauta e, ao entrarmos na Ordem do Dia, o primeiro projeto é o Veto Parcial do plantão de servidores da FASC, e o segundo é uma Moção de Apoio aos municipais para ser encaminhada ao Judiciário e à Prefeitura Municipal. Nós queremos aprovar pelo conjunto dos Vereadores. (Palmas.)

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h43min.)